

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 3



Atena
Editora
Ano 2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Educação no Brasil e no Mundo: Avanços, Limites e Contradições 3



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação no Brasil e no mundo [recurso eletrônico] : avanços, limites e contradições 3 / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020. – (A Educação no Brasil e no Mundo. Avanços, Limites e Contradições; v. 3)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-933-2 DOI 10.22533/at.ed.332202001</p> <p>1. Educação. 2. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Ítaca

Se partires um dia rumo à Ítaca

Faz votos de que o caminho seja longo repleto de aventuras, repleto de saber.

Nem lestrigões, nem ciclopes, nem o colérico Posidon te intimidem!

Eles no teu caminho jamais encontrarás.

Se altivo for teu pensamento

Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar

Nem lestrigões, nem ciclopes

Nem o bravio Posidon hás de ver

Se tu mesmo não os lewares dentro da alma

Se tua alma não os puser dentro de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.

Numerosas serão as manhãs de verão

Nas quais com que prazer, com que alegria

Tu hás de entrar pela primeira vez um porto

Para correr as lojas dos fenícios e belas mercancias adquirir.

[...] Tem todo o tempo Ítaca na mente.

Estás predestinado a ali chegar.

Mas, não apresses a viagem nunca.

Melhor muitos anos lewares de jornada

E fundeares na ilha velho enfim.

Rico de quanto ganhaste no caminho

Sem esperar riquezas que Ítaca te desse. [...]

(KAVÁFIS, 2006, p. 146-147)

Freud, em *O mal-estar da civilização*, obra renomada e publicada em inúmeras edições, defende que a civilização é sinônimo de cultura. Ou seja, não podemos desassociar a funcionalidade cultural em organizar um espaço, determinar discursos e produzirem efeitos.

Por vivermos em tempos em que só o fato de existir já é resistir, seria ingenuidade, tanto de assujeitamento, quanto social, acreditar que a cultura não vem produzindo a resistência, principalmente na diferenciação social. Entre estudiosos, um dos pontos mais questionáveis, entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, é sobre o papel do professor como agente cultural, no espaço escolar, mas não podemos legitimar que a escola, bem como o professor, sejam os principais influenciadores. Há, no social, trocas dialógicas, enunciativas e discursivas que configuram e constituem o sujeito em meio sua adequação individual, ou seja, o acultramento perpassa por “muitas mãos”, instituições, sujeitos, ideologias que

atuam na formação estrutural.

De acordo com nossas filiações, determinamos culturas, determinamos não culturas, assim como afirma Bourdieu (1989), que responsabiliza essas legitimações aos próprios sujeitos que as vivem. Resistir seria, neste caso, transformar o mundo no qual estamos inseridos.

A escola precisa ser transformada, há muito tempo ela serve à legitimação da cultura dominante. É de fundamental relevância que a escola esteja cada vez mais próxima daqueles que são, de certa forma, o coração que a faz pulsar, da comunidade escolar que, ao garantir sua identidade cultural, cada vez mais se fortalece no exercício da cidadania democrática, promovendo a transformação da escola em uma escola mais humanizada e menos reprodutora, uma escola que garanta, valorize e proteja a sua autonomia, diálogo e participação coletiva. Assim, dentro dessa coletânea, buscou-se a contribuição do conceito de mediação como um possível conceito de diálogo para com as problemáticas anteriormente explicitadas.

O termo ensino e aprendizagem em que o conceito de mediação em Vigotsky (2009) dá início à discussão a uma discussão sobre mediação, que considera o meio cultural às relações entre os indivíduos como percurso do desenvolvimento humano, onde a reelaboração e reestruturação dos signos são transmitidos ao indivíduo pelo grupo cultural. As reflexões realizadas, a partir dos artigos propostos na coletânea, nos mostram que a validação do ensino da arte, dentro das escolas públicas, deve se fundamentar na busca incessante da provocação dos sentidos, na ampliação da visão de mundo e no desenvolvimento do senso crítico de percepção e de pertencimento a determinada história, que é legitimada culturalmente em um tempo/espaço.

A escola precisa fazer transparecer a possibilidade de relações sociais, despertar e por assim vir a intervir nestes processos. Se deve analisar de maneira mais crítica aquilo que é oferecido como repertório e vivência artística e cultural para os alunos, bem como se questionar como se media estas experiências, ampliar as relações com a arte e a cultura, ao contrapor-se ao exercício de associação exercido muitas vezes pela escola nas práticas de alienação dos sujeitos diante de sua realidade.

Todos, no espaço escolar, atuando de maneira mais contributiva como lugar propício para ressignificação, mediação, produção cultural e diálogos culturais, que articulados junto a uma política cultural democrática podem vir a construir novos discursos que ultrapassam os muros que restringem a escola a este espaço de dominação, legitimado pelo atual sistema. A escola, dentro desta perspectiva, passa a ser concebida como um espaço de dupla dimensão. Dentro desta concepção, os processos de mediação potencializam a práxis de um pensamento artístico e cultural. É, atuando atrelado ao cotidiano, em uma perspectiva de mediação, que parte destes pressupostos apresentados que a escola passa a adquirir um carácter de identidade, resistente à homogeneização cultural. A escola pode causar novas impressões, pode abrir seu espaço para novos diálogos e conversações.

É preciso, no entanto, despertar esta relação, desacomodar-se do que é

imposto. Muitos são os fatores que teimam em desmotivar, no entanto, está longe desta ser a 90 solução para um sistema educacional que precisa de maneira urgente ser repensado. Ao acompanhar a ação nestas escolas, foi impressionante observar como a movimentação contagiava todos, até mesmo aos que observavam a movimentação e curiosos passavam pelo espaço, alunos de outras turmas apareciam para ajudar e tudo era visto com grande expectativa. Os alunos que participaram do processo aparentavam estar realmente coletivamente envolvidos, e isso pode ser observado nos depoimentos. O movimento observado na montagem, na realização da exposição e na ação educativa foi surpreendente e demonstra que a escola carrega realmente consigo algo muito precioso, que é pouco valorizado, o cotidiano real, o qual não está incluso em documentos, a parte viva da escola.

A presente ação demonstrou que a escola pode tomar rumos diferentes dos quais ela é designada pelo sistema. Aponta que um destes caminhos é apostar nos processos de mediação cultural que partam do cotidiano dos sujeitos que constituem este espaço. Assim, os processos de mediação cultural atrelados ao conceito de cotidiano não documentado atuam como exercício de partilha do sensível e colaboram na formação da práxis de um pensamento artístico e cultural. Esta concepção aqui analisada remete à tomada de uma nova postura frente ao ensino da arte e a concepção de espaço escolar assinala à construção de narrativas que possam contribuir para a construção de uma escola menos determinista e mais humanitária. Ao se realizar uma ação como esta proposta, o espaço escolar permite uma participação ativa e democrática entre seus autores, possibilitando a troca de vivências e experiências na comunidade escolar, promovendo um diálogo que potencializa a produção cultural dos alunos. A mediação dos trabalhos pelos alunos foi, segundo os depoimentos, algo muito rica e satisfatória para eles, os quais se mostraram maravilhados ao poderem partilhar de suas criações e apresentá-las à comunidade escolar.

Na ação educativa os alunos mediam o processo criativo e estes momentos de mediação, em absoluto, se configuraram como exercícios de partilha do sensível, que carregados de significados possibilitam a troca e o contato com o outro. Diante do que aqui se faz exposto, nada se tem a concluir como algo pronto e acabado, assim o que se faz é concluir uma etapa, que se transformará em múltiplas possibilidades de novos fazeres, desta teia de retalhos cabe, por agora, apreciar a parte que foi tecida e refletir, para sem muito tardar, sair em busca de outros retalhos que possa quiçá, um dia, tornar-se uma trama densa da práxis educativa e artística.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM TEMPOS DE DISCURSO DE PÓS-VERDADE	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Heitor Messias Reimão de Melo Maria Regina Momesso Andreza de Souza Fernandes Monica Soares Carlos Simão Coury Corrêa Valquiria Nicola Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.3322020011	
CAPÍTULO 2	11
A AUTOMEDICAÇÃO, HÁBITOS E RISCOS PARA A SAÚDE	
Ramona Raquel Silva dos Reis Dienifer Patricia Pippi Uliane Macuglia	
DOI 10.22533/at.ed.3322020012	
CAPÍTULO 3	19
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE DISCUSSÃO E HOMOLOGAÇÃO	
Juliana Duarte de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3322020013	
CAPÍTULO 4	32
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO ACERCA DA INCLUSÃO	
Ruth Alves de Souza Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Sandra Simone Silva Cruz Meire Ferreira Pedroso da Costa Daiany Takekawa Fernandes Huana Caroline Alves da Silva Jucelia Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3322020014	
CAPÍTULO 5	44
A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC	
Edson Batistel Josely Cristine Rosa Trevisol Ricardo Pereira	

DOI 10.22533/at.ed.3322020015

CAPÍTULO 6 63

A CONCEPÇÃO SOCIOPSICOLÓGICA COMO FUNDAMENTO DO ENSINO DA INFORMÁTICA EDUCACIONAL ACESSÍVEL AOS ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO INCLUSOS NA ESCOLA COMUM

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Vandiana Borba Wilhelm

DOI 10.22533/at.ed.3322020016

CAPÍTULO 7 77

A CONFIGURAÇÃO DE TENDÊNCIAS E VERTENTES HISTORIOGRÁFICAS EDUCACIONAIS NA ATUALIDADE

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3322020017

CAPÍTULO 8 89

A CONSCIÊNCIA DO PROFESSOR E O CURRÍCULO INTEGRADO

Liára Colpo Ribeiro
Ricardo Antonio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.3322020018

CAPÍTULO 9 103

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO MATEMÁTICO POR MEIO DO TEATRO: APRENDIZAGEM EM MOVIMENTO

Maurício Mendes
Cláudia Ferreira Reis Concordido
Jeanne Denise Bezerra de Barros

DOI 10.22533/at.ed.3322020019

CAPÍTULO 10 113

A CONTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE MODELOS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM – UM CASO PRÁTICO

Gustavo Dinis Viana
Ana Paula Fonseca dos Santos Nedochetko
Paulo Eduardo Santos Nedochetko

DOI 10.22533/at.ed.33220200110

CAPÍTULO 11 117

A CONTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO PARA O CURRÍCULO INTEGRADO

Jéssica dos Reis Lohmann Monteiro
Marcele Teixeira Homrich Ravasio

DOI 10.22533/at.ed.33220200111

CAPÍTULO 12 130

A DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES NO MUNICÍPIO DE JUARA/MT

Daline Begnini Martins

DOI 10.22533/at.ed.33220200112

CAPÍTULO 13	135
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INTERCONECTIVIDADE COM O ESPAÇO SOCIAL: ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GOVERNANÇA DA ÁGUA E DO TERRITÓRIO	
José Aldair Pinheiro Amauri Carlos Bampi Edineuza Alves Trogillo Renata Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33220200113	
CAPÍTULO 14	144
A FÍSICA DOS INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO	
Maria Lúcia Netto Grillo Luiz Roberto Perez Lisbôa Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.33220200114	
CAPÍTULO 15	155
A FORMAÇÃO DE AGENTES RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO XADREZ: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO CONTEXTO BRASILEIRO	
Cleiton Marino Santana Jéssica Dos Anjos Januário Danielle Ferreira Auriemo	
DOI 10.22533/at.ed.33220200115	
CAPÍTULO 16	162
A GESTÃO COMPARTILHADA: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO HISTÓRICO E A ATUAÇÃO DO DIRETOR ESCOLAR	
Gislaine Buraki de Andrade Isaura Monica Souza Zanardini	
DOI 10.22533/at.ed.33220200116	
CAPÍTULO 17	173
A INCLUSÃO DA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS	
Lygia Gottgroy Fraga Zigolis Filha de Oliveira Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.33220200117	
CAPÍTULO 18	184
A INCLUSÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO OLHAR DO PROFESSOR	
Rubia Rabelo Vieira Graziela Amboni Rafael Zaneripe de Souza Nunes Karin Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.33220200118	
CAPÍTULO 19	195
A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Bárbara Macedo	

DOI 10.22533/at.ed.33220200119

CAPÍTULO 20 203

A LITERATURA POPULAR E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM: DO LEITOR AO NAVEGADOR

Kelly Cristina Coutinho
Geni Emília de Souza
Carlos Adriano Martins

DOI 10.22533/at.ed.33220200120

CAPÍTULO 21 213

A PAISAGEM EM RELAÇÃO À URBANIDADE E AS GEOTECNOLOGIAS NA PERSPECTIVA DA SUA IMPORTÂNCIA PARA A GEOGRAFIA

William James Vendramini

DOI 10.22533/at.ed.33220200121

CAPÍTULO 22 224

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONEXÕES COM OS MEIOS SOCIAIS

Michelline Santana de Oliveira
Pollyana Sampaio Rodrigues dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.33220200122

CAPÍTULO 23 233

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE EGRESSOS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Karin Cozer de Campos
Ângela Maria Silveira Portelinha

DOI 10.22533/at.ed.33220200123

CAPÍTULO 24 245

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA SALA MULTISSERIADA DA ESCOLA MUNICIPAL ALICE NEVES DE SOUZA

Emanuela Pereira da Silva
Adlândia do Nascimento Dias
Daiane Pinheiro de Souza Cardoso
Deidiane Rodrigues da Silva
Pedro Paulo Souza Rios
Rosilaine Moreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.33220200124

CAPÍTULO 25 256

AÇÕES AFIRMATIVAS NA MEDIAÇÃO DAS POSIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL E FRACASSO ESCOLAR: ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL COM ESTUDANTES RESIDENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO

Filipi Augusto Batinga Simões
Naila Jenisch Chaves
Quézia Vila Flor Furtado

DOI 10.22533/at.ed.33220200125

CAPÍTULO 26 261

ADAPTANDO TEXTOS PARA ACADÊMICOS CEGOS: A VOZ DE TÉCNICAS, ESTAGIÁRIAS E BOLSISTAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Lucia Terezinha Zanato Tureck
Letícia Nunes Goulart
Ana Carolina Madeira Moreira da Silva
Caroline Sousa Santos
Mariana Bernartt da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33220200126

CAPÍTULO 27 271

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NO CLUBE DE CIÊNCIAS ATRAVÉS DE UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Luciane Naiane Araujo Neto
Elizabeth Orofino Lucio

DOI 10.22533/at.ed.33220200127

CAPÍTULO 28 279

ANÁLISANDO ERROS EM EQUAÇÕES DO 1º GRAU EM UMA TURMA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Erick Cristian Tourão Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.33220200128

CAPÍTULO 29 287

ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO - A CONSOLIDAÇÃO DE UMA SUBÁREA EPISTEMOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos
Rodrigo Regert

DOI 10.22533/at.ed.33220200129

CAPÍTULO 30 299

APRENDIZAGEM COOPERATIVA: VIVÊNCIAS DE UMA VOLUNTÁRIA NO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE CÉLULAS COOPERATIVAS, UNEMAT, CÁCERES/MT

Daiany Takekawa Fernandes
Cleide Aparecida Ferreira Da Silva Gusmão
Daniely Takekawa Fernandes
Neireluce Neuza Yosiko Takekawa
Rangel Gomes Sacramento
Rafael Cebalho Cambara
Yesa Maria Ferreira De Carvalho
Fernanda Delfina Da Silva Akerley Marques
Luiz Vieira de Souza Neto
Ana Karla Pereira Viegas
Thulio Santos Motta
Glauciane Ferreira Souza

DOI 10.22533/at.ed.33220200130

CAPÍTULO 31 305

ARENA DA EDUCAÇÃO: ESCOLA PLENA VOCACIONADA AO ESPORTE

Cleiton Marino Santana

Flávio Marcelo Bueno de Castro
Alexandre Moreno Espíndola
Alexandre Castro Silva
Eva Karoline Baroni

DOI 10.22533/at.ed.33220200131

CAPÍTULO 32 316

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cristina Célia Rocha de Macêdo
Rosalina Rodrigues de Oliveira
Roseli de Melo Sousa e Silva
Wivian Rodrigues Brasil

DOI 10.22533/at.ed.33220200132

CAPÍTULO 33 329

PLANEJAMENTO DE ENSINO: UMA AÇÃO PEDAGÓGICA TRANSFORMADORA

Cristina Célia Rocha de Macêdo
Rosalina Rodrigues de Oliveira
Roseli de Melo Sousa e Silva
Natália Bezerra de Souza Madela

DOI 10.22533/at.ed.33220200133

CAPÍTULO 34 341

AS FUNÇÕES DA UNIVERSIDADE - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Adelcio Machado dos Santos
Joel Haroldo Baad

DOI 10.22533/at.ed.33220200134

SOBRE A ORGANIZADORA..... 348

ÍNDICE REMISSIVO 349

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O PROCESSO DE DISCUSSÃO E HOMOLOGAÇÃO

Data de aceite: 02/01/2020

Juliana Duarte de Oliveira

Universidade De Araraquara (Uniar) Araraquara
São Paulo

RESUMO: O presente trabalho é um recorte da pesquisa que tem como tema central a atual reforma do ensino médio – Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016. O objetivo é estudar os documentos referentes à reforma e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2018, bem como seu contexto histórico e o processo de sua construção. Nesse sentido, propomos a organização de material para, promover um momento de reflexão e discussão sobre a atual proposta da BNCC e sua efetiva aplicação no âmbito escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Ensino Médio. BNCC. Reforma Ensino Médio (MP n.º 746/2016).

THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS THE PROPOSAL OF THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASIS (BNCC) AND THE DISCUSSION AND APPROVAL PROCESS

ABSTRACT: This paper is a piece of research

that has as its central theme the current reform of high school - Provisional Measure No. 746, of September 22, 2016. The objective is to study the documents related to the reform and the Common National Curricular Base (BNCC), approved in December 2018, as well as its historical context and the process of its construction. In this sense, we propose the organization of material to promote a moment of reflection and discussion about the current BNCC proposal and its effective application in the school environment.

KEYWORDS: Curriculum. High school. BNCC. High School Reform (MP No. 746/2016).

Começaremos o presente texto trazendo alguns resultados da pesquisa documental realizada na versão homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como o seu processo de construção, discussão e marcos legais que a antecederam e já sinalizavam a necessidade de uma Base Nacional Comum Curricular. Vale salientar que a pesquisa abrangeu somente a BNCC do ensino médio, que é foco de nossa pesquisa. As discussões sobre ela ainda não foram finalizadas, pois, segundo o *site* do MEC, aconteceram audiências públicas em 2018 e não temos os resultados delas.

No dia 15 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em sua terceira versão, e homologada cinco dias depois, no dia 20 de dezembro de 2017. A Base é um documento normativo que deverá nortear as escolas públicas e particulares de todo o País, na construção de seus currículos, e definirá o conjunto de aprendizagens essenciais ao qual todos os alunos têm direito, fazendo com que a educação brasileira esteja em consonância com as exigências do século XXI.

É importante destacarmos o contexto político bastante conturbado em que a BNCC foi votada e aprovada: o *impeachment* da Presidente eleita Dilma Rousseff e a posse do Vice-Presidente Michel Temer.

Em primeiro lugar, destacar que a BNCC foi proposta pelo Ministério da Educação (MEC) no contexto que se configura como uma contrarreforma da Educação Básica conduzida pelo atual governo em sua ação de desmonte das conquistas democráticas e populares, sobretudo no que diz respeito aos avanços efetivados nas últimas décadas quanto ao direito à educação e às políticas educacionais (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 7).

Assim, a BNCC foi aprovada em um governo que, diante das medidas que vinha tomando e de algumas reformas e cortes aprovados, tem se mostrado pouco preocupado com políticas públicas, podemos citar inclusive a PEC n.º 241/55, aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Trata-se de uma emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos por até 20 anos. No entanto, um agravante nesse contexto conturbado de aprovação da Base: como fazer mudanças tão significativas propostas no documento com uma emenda constitucional que limita os gastos por 20 anos?

As discussões relativas à construção da Base tiveram início em 2012 e foram intensificadas em 2014. Com o objetivo de acompanhar e contribuir com o Ministério da Educação na elaboração de documento acerca dos direitos e objetivos sobre a BNCC, o “Conselho Nacional de Educação (CNE) constituiu uma Comissão Bicameral, criada pela Portaria CNE/CP n.º 11/2014” (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 11).

Entretanto, somente em 2015 os estudos começaram a acontecer de forma efetiva. O Ministério da Educação selecionou 120 profissionais da Educação que lecionavam em diversas áreas e níveis para a elaboração de um documento que resultou na primeira versão da BNCC, tendo passado por uma consulta pública entre outubro de 2015 e março de 2016.

Segundo dados do MEC, houve mais de 12 milhões de contribuições ao texto, com a participação de cerca de 300 mil pessoas e instituições. Contou, também, com pareceres de especialistas brasileiros e estrangeiros, associações científicas e membros da comunidade acadêmica. As contribuições foram sistematizadas por profissionais da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade

A segunda versão foi disponibilizada em maio de 2016 para discussão por nove mil educadores em seminários realizados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), no período de maio a agosto. “A metodologia de análise do documento foi efetivada por meio de discussões em salas específicas, por áreas de estudo/componentes curriculares, e coordenada por moderadores” (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 11). Tais moderadores faziam a apresentação por meio de *slides* e os educadores respondiam com concordo, discordo totalmente ou discordo parcialmente, indicando propostas de alterações. O resultado dessa discussão gerou um relatório feito pelo Consed e pela Undime, que encaminharam essa versão para o Comitê Gestor, o qual fez uma revisão dessas adequações, obtendo como resultado a terceira versão da Base, encaminhada para o CNE em abril de 2017.

No entanto, mesmo depois de todas essas discussões, a Base ainda apresentava pontos falhos que precisavam ser mais bem discutidos, como nos trazem Aguiar e Dourado (2018, p. 11): “à ‘terceira versão’, encaminhada ao CNE, em abril de 2017, focalizando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, sem a devida argumentação sobre o não atendimento legal ao excluir, dessa versão, o Ensino Médio”. Diante disso, podemos constatar que temos uma Base que foi homologada sem a devida atenção ao ensino médio. Paralelamente, há também uma reforma aprovada por medida provisória, inclusive, que depende da Base para sua implementação, o que vem à tona novamente uma das questões da nossa pesquisa: essa reforma é realmente para melhor?

Continuando os encaminhamentos referentes à construção da BNCC, a Comissão Bicameral, criada pelo CNE para os encaminhamentos referentes à Base, promoveu cinco audiências públicas em cada região do País não só com profissionais da educação, mas também com quem se interessasse em participar. As audiências seguiram este cronograma:

- Região Norte, 7 de junho de 2017, em Manaus (AM), com 228 participantes e 38 intervenções;
- Região Nordeste, 28 de julho de 2017, em Recife (PE), com 428 participantes e 57 intervenções;
- Região Sul, 11 de agosto de 2017, em Florianópolis (SC), com 340 participantes e 62 intervenções;
- Região Sudeste, 25 de agosto de 2017, em São Paulo (SP), com 491 participantes e 54 intervenções;
- Região Centro-Oeste, 11 de setembro de 2017, em Brasília (DF), com 220 participantes e 72 intervenções (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 11).

Realizadas as audiências públicas, todas as propostas apresentadas foram inseridas em uma planilha, entregue aos organizadores. Em outubro de 2017, a Comissão Bicameral encaminhou o resultado para o CNE, que realizou as alterações indicadas no documento e inseriu alguns tópicos importantes, como a inclusão de temáticas voltadas para as populações indígenas, quilombolas e afro-brasileiras, bem como questões concernentes à área de computação, tecnologias digitais, entre outras.

Em novembro de 2017, cada um dos relatores da Comissão Bicameral apresentou uma minuta e os conselheiros encaminharam as propostas para serem discutidas na reunião de dezembro.

Importante ressaltar que o documento-base, contendo 8 (oito) anexos, utilizado pelos Conselheiros Relatores para emissão do Parecer e da Resolução, só foi enviado aos membros do Colegiado no dia 29 de novembro de 2017, via Secretaria Executiva do CNE. Este fato, aliado à necessidade de análise detida do referido material, foi amplamente sinalizado na reunião de dezembro, tendo sido destacado, inclusive, a falta de tempo para leitura atenta dos documentos (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 12).

Posteriormente, na reunião de dezembro da Bicameral, foram apresentadas as inclusões feitas pelo Comitê Gestor e suas equipes. As contribuições das audiências públicas e as oferecidas ao CNE não foram incluídas para análise, e não foi apresentada justificativa por escrito. No momento da exposição, o MEC recebeu sugestões dos conselheiros e se comprometeu a incluí-las no documento. A forma com que tudo foi conduzido impediu que fosse feita uma análise pormenorizada, principalmente das significativas contribuições obtidas em audiência pública.

A Comissão Bicameral fez sua terceira reunião e logo após aconteceu a reunião do Conselho Pleno, que analisou o parecer e a resolução e encaminhou um pedido de vista por acreditar que a BNCC não estava concluída, pois ainda existiam questionamentos e dúvidas. As conselheiras notaram também a questão da não inclusão do ensino médio nessa terceira versão. Então, o presidente do CNE orientou que se fizesse o pedido de vista pública antes do processo de votação da base, de acordo com art. 32 do Regimento Interno do CNE, e elas assim o fizeram.

O Presidente do CNE, antes de atender ao disposto no art. 32 do Regimento, concedeu a palavra a um Conselheiro que requereu votação de matéria em regime de urgência, baseado no art. 15, inciso III, do referido Regimento. Questionado por ter colocado em votação o regime de urgência antes do pedido de vista, o Presidente do CNE argumentou que o referido pedido de urgência tinha sido solicitado na véspera, por escrito, e assinado por um conjunto de Conselheiros. Após esse ato, concedeu o pedido de vista e encerrou a Sessão (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 12).

Depois de terminada a sessão, as conselheiras foram informadas de que tinham

uma semana para apresentar o substitutivo na próxima reunião, que seria no dia 15 de dezembro de 2017, data de aprovação da Base no CNE, ou seja, não existiu tempo hábil para a discussão das questões colocadas pelas conselheiras e, dessa forma, a Base foi aprovada com questões relevantes a serem debatidas. Como podemos perceber, as discussões estavam acontecendo, mas em dado momento optou-se pela celeridade na tramitação e eventual aprovação da BNCC, em detrimento de uma análise.

SITUAÇÃO E DISCUSSÕES SOBRE A BNCC EM 2018

Em 2018, as discussões sobre a BNCC do ensino médio ganharam destaque na agenda política educacional. Assim, alguns eventos vêm acontecendo com intuito de discutir sobre a base, com divulgação pública no *site* do MEC. Dentre eles, podemos citar os mais relevantes: em 3 de abril, o Ministro da Educação entrega a BNCC do ensino médio ao CNE para discussão na sociedade; em 11 de maio, MEC e CNE vão lançar plataforma para receber contribuições para a BNCC do Ensino Médio; de 11 de maio a 29 de agosto, realização de audiências públicas nas cinco regiões do País; as escolas de todo o Brasil se mobilizaram e fizeram o dia D para discussão da BNCC do ensino médio; em 24 de outubro o Ministério da Educação promoveu um encontro para discutir sobre a BNCC.

Em 20 de novembro de 2018, ocorreu outro evento importante e decisivo relativo à reforma e à base, quando o MEC homologou diretrizes do ensino médio que servirão de parâmetro para a Base Nacional Comum Curricular. O texto foi preparado em regime de colaboração nas audiências públicas realizadas. As Diretrizes são um conjunto de regras que orientam a implementação da reforma do ensino médio, para que as escolas tenham as orientações necessárias para organizar a melhor forma de oferta dos itinerários formativos, os quais são a grande mudança proposta pela reforma do ensino médio.

Em 5 de dezembro de 2018, recebeu a aprovação do colegiado e do CNE, e em 14 de dezembro foi homologada. Os próximos passos para 2019, segundo o então Ministro da Educação em dezembro de 2018, Rossieli Soares, são:

Após a conclusão dos currículos dos estados e municípios, entra o processo de formação dos professores, para que eles possam aplicar esses currículos. O MEC vai dar apoio para que, em regime de colaboração, estados e municípios façam a formação de todos os seus professores durante o ano de 2019.

Diante do exposto, constatamos que a BNCC ainda não está totalmente concluída e, segundo o *site* oficial, esse processo tem se realizado com a participação de todos os interessados. Assim, em face do posicionamento apresentado pelo

Ministro da Educação, neste ano de 2019 teremos a BNCC pronta para ser implementada nas escolas.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) As principais mudanças propostas para o ensino médio serão:

- Os conteúdos e as aprendizagens comuns e obrigatórias a todos, que serão definidos pela Base Nacional Comum Curricular.
- Os estudantes poderão escolher se aprofundar em um dos itinerários formativos relacionados às áreas do conhecimento (Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) e com a formação técnica e profissional.
- A carga horária de todas as escolas será ampliada de 2.400 para 3.000 horas.

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

As diretrizes curriculares para o ensino médio foram homologadas em 20 de novembro de 2018, como citamos no início deste capítulo, mas vale dar destaque a esse documento, visto que ele é crucial para a implementação da reforma do ensino médio e BNCC.

As novas diretrizes curriculares orientam a elaboração dos novos currículos do ensino médio e, ao mesmo tempo, servem de parâmetro para a definição da BNCC – etapa do ensino médio. Com a homologação, as redes e sistemas de ensino já podem começar a organizar as formas de oferta do novo ensino médio, embora, por lei, as mudanças nos currículos desse nível educacional devam ser feitas em até dois anos após a aprovação da BNCC dessa etapa, que atualiza seu formato e ainda está em discussão (MEC, 2018, p. 1).

As diretrizes foram elaboradas de forma coletiva depois de muitos debates e trabalho e receberam 90 contribuições durante o período de consulta pública. O Enem foi um dos assuntos abordados pelas diretrizes e passará por mudanças. Ele continua sendo realizado em dois dias, mas com a diferença de que um dia será a parte comum e no outro os itinerários formativos. Entretanto, conforme Rossieli Soares, o então Ministro da Educação em dezembro de 2018, essa mudança depende de aprovação da Base, da construção de matrizes da avaliação, que ainda serão feitas pelo Inep após a BNCC e só valerão de fato em 2021.

Ainda de acordo com as diretrizes, as escolas devem orientar os alunos a respeito dos itinerários formativos, e cada município deve ofertar diversas áreas, dando opção aos alunos. O aluno pode mudar de itinerário, se assim desejar, cabendo aos sistemas de ensino garantir a forma de aproveitamento de estudo para que ele não seja prejudicado. O aluno pode cursar mais de um itinerário formativo

e pode fazê-lo de forma concomitante e sequencial. A carga horária fica dividida da seguinte forma: 1.800 horas para a formação básica e até 1.200 para os itinerários formativos.

Com relação ao ensino a distância, segundo as diretrizes, até 20% do ensino médio diurno, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente; 30% do ensino médio noturno, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente; e 80% Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com as diretrizes homologadas, agora cabe aos sistemas de ensino se organizarem para que a implementação da BNCC e da reforma do ensino médio seja realizada em 2020.

DISCUSSÕES E CRÍTICAS À BNCC

Como “nem tudo são flores”, existem, sim, críticas, o que significa que a BNCC não é uma unanimidade entre profissionais e estudiosos em educação, e o contexto político e a forma com que ela foi construída e homologada estão longe de ser o ideal. Como mencionamos, as discussões sobre a BNCC do ensino médio não foram encerradas, mas as críticas desses autores não se restringem à BNCC do ensino médio, mas também ao documento e à ideia de uma Base Nacional Comum Curricular.

Silva (2017) afirma que são muitas questões e problemas relacionados ao ensino médio, que sempre geraram muitas discussões e que não serão resolvidos somente com a criação de um documento com conteúdo predeterminado que deve ser seguido pelas escolas. O referido autor alerta-nos ainda sobre os objetivos da BNCC, que são constituídos por uma ideia de formação administrativa, o oposto do que está no DCN, que estabelece que a formação deve ser crítica e emancipatória.

Essa discussão não é recente, visto que em outubro de 2015 foi aprovada na 37.^a Assembleia Geral da Reunião Nacional da ANPEd uma moção contrária à BNCC. Vale ressaltar que essa moção foi referente à primeira versão da Base, mas ainda assim a ANPEd é contrária a uma ideia de currículo nacional (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 96). No entanto, há discussões recentes de críticas à BNCC e uma delas foi o lançamento do livro eletrônico intitulado *A BNCC na contramão da Base*, em 2018, que é uma versão preliminar. Organizado por Luiz Fernandes Dourado e Marcia Ângela Aguiar, ele traz o histórico da construção da Base e tece algumas críticas e reflexões a respeito da metodologia da sua construção, a qual, como os autores explicam, é verticalizada e denominada participativa. Essa metodologia foi utilizada no início da construção do documento em que vários profissionais fizeram

colocações, mas sem um marco de referência, que, para os autores, é importante para dar unidade ao trabalho (AGUIAR; DOURADO, 2018, p. 7). Os autores Aguiar e Dourado (2018, p. 8) ainda afirmam que: “Não é incomum a adoção de medidas imediatistas, desvinculadas de um planejamento pautado em marcos de referência e nos diagnósticos, que desde o seu início privilegia um conjunto de conteúdos e objetivos sem o fundamental suporte”, como aconteceu com a BNCC.

Silva (2017) defende a ideia de que os itinerários formativos vão contra o que está previsto na Constituição Federal, afirmando que: “Há uma organização com ênfases de escolha para uma ou outra área e isso contraria tanto a Constituição Federal quanto a LDB, que asseguram o desenvolvimento pleno do educando e a formação comum como direito”. Assim, o aluno que escolher alguma das áreas de conhecimento propostas pela BNCC será privado do conhecimento de outra área – diferente da que ele escolheu. Outro ponto importante é se as escolas realmente terão condições de oferecer todos os itinerários, caso contrário, as opções desses alunos ficarão ainda mais restrita.

Outros autores defendem essa ideia de inconstitucionalidade da BNCC: “Se a escola abraçar a BNCC como prescrição a ser detalhadamente cumprida, colocamos em sério risco os princípios pela Constituição Federal de 1988 no que diz respeito a pluralidade, diversidade e não discriminação” (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 129). Ainda que as diretrizes definam que o aluno poderá mudar de itinerário e fazer mais do que um, o documento diz também que as áreas devem ser distintas no município e não menciona nada sobre a escola. Portanto, restringe, sim, as opções dos alunos, que, se quiserem mudar de eixo, deverão mudar de escola, pois as diretrizes e a BNCC não obrigam as escolas a oferecer mais do que um itinerário.

Alguns autores alertam ainda sobre o nome “Currículo Nacional”, que traz a ideia de determinação e desconsidera a realidade, que não é linear e igual em todos os municípios e unidades escolares: “O Currículo único se encontra limitado também pela castração da curiosidade e a inviabilização da pergunta quando é chancelada, e instrumentalizada pela participação manipulada” (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 125). Quem estuda sobre educação e trabalha com educação sabe que a relação professor-aluno vai muito além de transmissor e receptor. Entendemos que os dois estão aprendendo nesse processo. Além de Freire, temos vários autores que defendem essa teoria, e o que torna essa troca e esse compartilhamento possíveis são as discussões, as perguntas. Mais do que só falar e ouvir, o que o aluno tem a dizer cria um espaço aberto, e isso será possível com um currículo com conteúdo predeterminado e igual para todo o País, para que se justifique que é um direito uma educação “igual” para todos. Entretanto, até onde esse “igual” é o ideal? Silva (2015, p. 368) respalda-nos e vem reforçar esse outro ponto crítico da BNCC:

Queremos enfatizar, já de início, que o documento produzido pelo MEC não possui suficiência no que se propõe, haja vista ter negligenciado justamente essa discussão e recaído na mais pragmática formulação: a definição de listagens de conteúdos travestidos de “direitos e objetivos de aprendizagem”.

Vale destacar que, no momento em que a Base for implementada nas escolas, os alunos terão, obrigatoriamente, as disciplinas de português e matemática, e as demais, como ciências da natureza, humanas e sociais aplicadas, serão divididas nos itinerários formativos. Entendemos que essa padronização negligencia a formação integral dos alunos, dando ênfase em apenas duas disciplinas, e, nesse caso, a BNCC se contradiz, já que cita em seu documento o compromisso com a educação integral do aluno.

Outro aspecto que convém colocar em discussão são os professores. A Base não é muito clara quanto à formação destes: “Observamos como principais limites as evasivas quanto à formação de professores” (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 15). Além disso, sabemos das dificuldades que eles encontram e o que realmente importa para muitos é como fazer com que esses alunos aprendam, prestem atenção na sua aula. Isso foi considerado no momento da sua construção? Mais do que uma fórmula ou uma receita, o professor quer saber na prática o que ele pode fazer para melhorar o seu trabalho em sala de aula, e, por ser um documento norteador, a Base é muito complexa e extensa, e, como citado, não deixa clara a questão de formação docente.

A Base também não é clara quanto à interdisciplinaridade, pois apenas agrupa as disciplinas sem mostrar como acontecerá esse diálogo na prática, outro agravante que pode vir a dificultar a vida dos professores quando a BNCC for implementada nas escolas.

Ainda que o governo, em seus documentos e meios de comunicação, afirme que a Base foi construída em processo democrático, houve pouca participação de crianças e jovens, como mencionam Cury, Reis e Zanardi (2018, p. 11): “Observamos ainda pouca participação de crianças e jovens nas definições da BNCC falsamente democrático quando, na realidade, foi parcial não acolhendo as críticas e os debates que ocorreram em paralelo com a sua elaboração”, ou seja, as crianças e os jovens, que serão os mais afetados, não foram verdadeiramente ouvidos. Como criar uma Base Nacional sem que sejam realmente levadas em conta as particularidades dos jovens das diversas partes do País? Somos levados a refletir sobre outra questão: se aconteceram audiências públicas e formulários *on-line*, como essa informação não chegou a esses jovens? É papel de quem fazer essa divulgação: da escola, dos pais, Estados, Municípios ou MEC? Como criar algo unificado e nacional, se nem as informações chegam para todos?

Referindo-se às ações do MEC concernentes à BNCC do ensino médio,

elas passaram por mais audiências públicas no ano de 2018, e ocorreram alguns eventos de muita relevância, cujo tema, como citamos, era o dia D nas escolas para discussão da Base. Encontros com esse propósito e até um debate dos quilombolas e indígenas sobre a BNCC foram realizados.

Em 24 de outubro de 2018, aconteceu o encontro para discutir a Base Nacional Comum Curricular, que contou com a presença de membros do Comitê Nacional de Implementação da BNCC para compartilhar a situação atual das iniciativas que apoiam a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apresentou os próximos passos e buscou engajar a participação dos órgãos públicos na discussão, aprovação e implementação dos currículos. O então Ministro da Educação em dezembro de 2018, Rossieli Soares da Silva, ressaltou que a discussão da BNCC foi um grande exemplo de trabalho de colaboração para todo o País e que mais de 80% dos municípios participaram do processo, estando muitos Estados já com o seu currículo em discussão. Outro ponto importante levantado no encontro é que as Secretarias da Educação receberão um milhão de reais em recursos para a implementação da BNCC.

Diante de tudo o que foi apresentado, podemos dizer que temos um documento que será norteador para todo o País e que existem muitos profissionais e estudiosos em educação contra essa Base. O MEC está empenhado e tudo está caminhando para sua implementação neste ano de 2019, e o primeiro passo, segundo o então Ministro Rossieli Soares da Silva em dezembro de 2018, é a formação de professores. Antes de criticarmos, é necessário que busquemos informações. Audiências públicas aconteceram e qualquer um poderia participar, mas a forma de propagação talvez não tenha sido a mais eficaz, se é que existiu uma divulgação, ou somente a notícia no *site*, pois não chegou a grande parte da população, ou seja, foi um processo democrático, mas pouco divulgado. Algo que causa certa inquietação, a nosso ver, é a unificação de currículos, pois é um caminho intrincado em um país tão heterogêneo e com tantas diferenças sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.; DOURADO, L. (Coord.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. Livro Eletrônico.

ANDRADE, A. *O papel da oferta de trabalho no comportamento dos retornos à educação no Brasil*. 2003. 82 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOCK, S. *A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém-egressos do ensino médio*. 2008. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BORGES, M. A. *Monografias Brasil Escola*. Disponível em: [https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/evasao-escolar-no-ensino-medio.htm#capitulo_1]. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. *Lei n.º 12.513*. Lei que institui o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego Pronatec. Brasília: Senado, 2011.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024*. Brasília: Inep, 2015.

BRASIL. *Medida Provisória n.º 746*. Brasília: Senado, 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Senado, 2017.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n.º 9.394/1996. Brasília: MEC, SEB DICEI, 2017.

CASAGRANDE, A. *Gestão pública da educação paulista: a carreira docente e o novo ensino médio*. 2016. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro, Rio Claro, 2016.

CASTRO, M.; TIEZZI S. A reforma do ensino médio e a implementação do ENEM no Brasil São Paulo. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Ed.). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 119-152.

COSTA, F. *Escola pública e ensino médio: formação da juventude na perspectiva dos documentos oficiais nacionais da educação básica (1996-2009)*. 2011. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

COSTA, V. *Política educacional para o ensino médio e educação técnica no Estado de São Paulo: expectativas dos estudantes de quatro unidades escolares da zona leste da Capital e a disputa ideológica na educação*. 2011. 410 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CROCHICK, N. *Interesse de saber: um estudo com alunos do ensino médio*. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CURY, C.; REIS, M.; ZANARDI, T. *Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2018.

DIAS, V. *A educação integrada e a profissionalização no ensino médio*. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FERRARESI, P. *Ensino fundamental de nove anos: uma ampliação de direitos?* 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GARCIA, C. M. A identidade docente: contatos e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*, v. 1, n. 1, ago.-dez. 2009. Disponível em: <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/1/3/6>. Acesso em: 3 jul. 2017.

GARCIA, C. M. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente*, São Paulo, v. 2, n. 3, 2010.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVINAZZO, C. Formação no ensino médio, escola e juventude: preparar para quê? 37.ª *Reunião Nacional da ANPEd*, Florianópolis, 2015.

- HILSDORF, M. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- KOBER, C. *Tempo de decidir*: produção da escolha profissional entre jovens do ensino médio. 2008. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- KRAWCZYK, N. Desafios do ensino médio no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 41, n. 144, set.-dez. 2011.
- LIBÂNEO, J.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI, M. *Educação escolar*: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIMA, L. O gargalo da educação em São Paulo. *Udemo*, 2008. Disponível em: [http://www.udemo.org.br/Leituras/Leituras 220.htm]. Acesso em: 10 ago. 2018.
- MAGALHÃES, R. *Escola e juventude o aprender a aprender*. São Paulo: Educ, 2003.
- MALDONADO, L. *Reformas educacionais da perspectiva de docentes*. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- MARCILIO, M. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo Instituto Fernando Braudel, 2005.
- MELO, L. *Percepções docentes sobre a nova proposta curricular (2008) da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo*. 2014. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MENDES, M. *Metas de realização de estudantes do ensino médio*. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php]. Acesso em: 15 dez. 2018.
- MOURA, D. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, São Paulo, v. 2, n. 23, 2007.
- NASCIMENTO, M. Ensino Médio no Brasil: determinações históricas. *UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguagens, Letras e Artes*, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007.
- OLIVEIRA, E. A reforma e a contrarreforma da educação profissional brasileira. *37.ª reunião nacional da ANPEd*, Florianópolis, 2015.
- OLIVEIRA, L. *A reforma da instrução pública de 1892*: conflitos de disputas. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2014.
- OLIVEIRA, S. *A formulação de políticas educacionais*: um estudo sobre a reforma da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1995-1998). 1999. 155 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- PÁDUA, E. M. *Metodologia de pesquisa*: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2007.
- PEREIRA, V. *A concepção de indivíduo nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara, 2007.
- PIOLLI, G. *A reforma educacional do ensino médio no Estado de São Paulo e os atuais desafios dos docentes*. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

- PICOLI, E. *Programa ensino médio inovador: um estudo sobre a política de flexibilização curricular*. 2016. 205 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Educação, Maringá, 2016.
- ROCHA, R. Breve histórico do ensino médio no Brasil. *Seminário Cultura e Política na Primeira República: campanha civilista na Bahia*, Bahia, 2010.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SANTOS, J. Políticas para o ensino médio: recontextualizações no contexto da prática. *36.ª Reunião Nacional da ANPEd*, Goiânia-GO, 2013.
- SCARLATTO, E. *Propostas curriculares para o Ensino Médio (1998/2013): uma análise sob a ótica de Jürgen Habermas*. 2015. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara, 2015.
- SERRAZES, K. *A história do Brasil no currículo do ensino médio da rede estadual paulista: um estudo sobre as políticas e os discursos curriculares na disciplina escolar história*. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Campus Araraquara, Araraquara, 2016.
- SILVA, R. S. Currículo, ensino médio e BNCC: um cenário de disputas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul.-dez. 2015.
- SOUSA, F. A. *Evasão escolar de jovens do ensino médio em uma escola pública de Taituba. Pará*. 2005. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- TANJI, T. *Galileu*. Disponível em: [<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/08/o-que-voce-precisa-saber-sobre-pos-graduacao-no-brasil.html>]. Acesso em: 10 ago. 2018.
- THOMÉ, A. *Ensino fundamental de 9 anos: dificuldades enfrentadas e aprendizados construídos por gestores e professores*. 2011. 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VELOSO, S. *Trabalho e empregabilidade no projeto curricular reinventado o ensino médio: contribuições e desafios na definição da função social da escola*. 2016. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.
- WANDERLEY, L. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. *37.ª Reunião Nacional da ANPEd*, Florianópolis, 2015.
- YOSHIDA, I. *Governos estaduais e partidos políticos na reforma administrativa do Governo FHC: negociações e análise da votação*. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ZIBAS, D. A reforma do ensino médio no Ceará: apontando para o céu e tropeçando na realidade. *27.ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu, 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acústica musical 144, 146, 147, 154

Administração escolar 46, 61, 162, 163, 166, 167, 170, 172

Alunos 11, 12, 15, 16, 17, 20, 24, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 98, 100, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 123, 146, 147, 152, 158, 167, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209, 225, 226, 227, 230, 231, 234, 235, 238, 239, 240, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 262, 265, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 300, 301, 303, 305, 306, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 334, 335, 336, 337, 338, 339

Áreas verdes do município de Juara 130

Aspectos negativos 130

Automedicação 11, 13, 15, 16, 17

Avaliação 17, 24, 28, 40, 41, 114, 124, 129, 158, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 187, 192, 204, 219, 223, 238, 239, 240, 243, 280, 302, 307, 308, 311, 312, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 334, 335, 340, 343, 346

B

BNCC 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31

C

Coaching 44, 45, 47, 48, 50, 58, 59, 60, 61

Comunicação organizacional 44, 45, 47, 50, 54, 58, 59, 60, 61

Consciência 41, 46, 61, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 126, 169, 226, 228, 260, 291, 297, 298, 346

Conscientização 11, 17, 119, 169, 314

Cultura popular 203

Currículo 12, 19, 25, 26, 28, 31, 37, 39, 42, 64, 68, 89, 90, 91, 92, 97, 102, 117, 175, 208, 259, 299, 305, 308, 310, 311, 313, 314, 326, 340

Currículo integrado 89, 90, 91, 92, 97, 102, 117

Curso de pedagogia 233, 234, 262, 330

D

Docência 42, 43, 89, 95, 123, 154, 159, 224, 228, 232, 244, 272

E

Educação a distância 60, 173, 175, 180, 182, 209, 211

Egressos 28, 233, 234, 235, 236, 238, 241, 242, 243, 244

EJA 11, 12, 25, 119, 120, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202

Ensino 8, 11, 12, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39,

40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 73, 74, 76, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 111, 113, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 144, 145, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 263, 264, 269, 271, 272, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 285, 286, 287, 300, 301, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 332, 333, 334, 335, 336, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348

Ensino-aprendizagem 32, 61, 91, 106, 113, 116, 155, 156, 158, 174, 227, 233, 243, 249, 271, 272, 275, 280, 305, 306, 311, 314, 317, 321, 328, 329, 333, 336, 340

Ensino de física 144, 147, 154

Ensino médio 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 44, 45, 49, 50, 58, 73, 76, 89, 101, 102, 105, 111, 121, 128, 157, 285, 286, 287, 307, 311, 312

Ensino superior 32, 33, 35, 41, 42, 60, 104, 125, 157, 207, 211, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 261, 262, 263, 264, 269, 287, 316, 329, 346

Epistemologia 89, 90, 94, 102

Escola 12, 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 46, 48, 53, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 68, 76, 80, 81, 82, 84, 93, 96, 101, 102, 104, 109, 111, 112, 123, 145, 160, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 184, 187, 188, 190, 191, 193, 194, 199, 200, 201, 202, 204, 208, 209, 211, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 274, 276, 281, 282, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 321, 322, 323, 326, 327, 329, 330, 336, 337, 338

Estrutura cristalina 113

Extensão 74, 79, 93, 95, 104, 108, 117, 118, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 139, 157, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 258, 261, 262, 263, 264, 268, 272, 330, 341, 342, 343, 344, 345, 346

F

Formação de professores 27, 28, 32, 42, 43, 60, 61, 67, 75, 159, 189, 193, 233, 235, 236, 237, 238, 244, 269, 278, 280, 328

G

Geotecnologias 213, 214, 217, 218, 219, 220, 222, 223

Gestão escolar 45, 46, 47, 59, 61, 162, 168, 171, 172, 310

H

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 30, 31, 65, 67, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 119, 124, 129, 140, 143, 145, 146, 148, 157, 165, 172, 193, 194, 196, 206, 210, 212, 218, 232, 239, 266, 288, 291, 292, 294, 297, 302, 303, 311, 314, 318, 319, 328, 348

História da matemática 103, 104, 111, 112

Historiografia 77, 78, 81, 85, 86, 88

I

Inclusão educacional 184

Instrumentos de percussão 144, 146, 147, 148, 149, 151, 153

L

Legislação educacional 162

Literatura popular 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Ludicidade 103, 107, 232

M

Materiais 39, 70, 72, 82, 106, 113, 114, 115, 116, 145, 147, 154, 169, 175, 178, 179, 189, 190, 192, 207, 208, 209, 220, 238, 248, 263, 264, 266, 267, 275, 280, 291, 300, 302, 303, 323

Meios digitais 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Modelo 47, 50, 60, 65, 73, 83, 92, 93, 95, 101, 113, 114, 115, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 151, 160, 163, 168, 171, 183, 209, 231, 250, 252, 281, 305, 306, 310, 311, 312, 314, 315, 319

P

Paisagem 131, 213, 214, 215, 219, 222, 223

Práticas pedagógicas 55, 56, 61, 75, 91, 121, 127, 226, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 245, 247, 248, 249, 254, 255, 273, 279, 288, 305

Professor iniciante 29, 233, 241

Projetos pedagógicos de cursos 173, 174, 175, 180

Proposta interdisciplinar 11

Q

Qualidade de vida da população 121, 130, 131, 132, 133

R

Recursos tecnológicos 51, 55, 69, 97, 203, 204, 206, 208, 209, 226, 231

Reforma ensino médio (MP n.º 746/2016) 19, 23, 24, 25, 29, 31

S

Salas multisseriadas 245, 247, 251

T

Teatro no ensino de matemática 103

Tecnologia 63, 64, 69, 70, 72, 74, 75, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 113, 116, 118, 121, 125, 128, 175, 178, 180, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 209, 210, 225, 226, 228, 232, 261, 264, 290, 316, 329, 342, 346

U

Urbanidade 213, 222

